

Europa

Lucros em alta, resultados em baixa

Privatização da escola: o fiasco sueco

Na campanha para as eleições gerais que terão lugar na Suécia a 9 de Setembro, a esperada subida da direita xenófoba ocultou o debate sobre o futuro dos serviços públicos. Os sociais-democratas, à frente de um governo minoritário há quatro anos, nem sequer conseguiram limitar os lucros das empresas privadas que investiram na saúde ou na educação, em detrimento da qualidade dos serviços e do sucesso dos alunos.

Investigação de **VIOLETTE GOARANT** *

É uma escola “dois em um”, resume Elsa Heuyer. Esta professora de Francês da escola secundária Drottning Blanka teve de aprender a «*optimizar*» o tempo e o espaço em benefício da AcadeMedia, a «*empresa educativa*» cotada em Bolsa que a emprega a tempo (muito) parcial: 28,7%. Situada no Sul de Estocolmo, a sua escola secundária, um estabelecimento privado sob contrato, designada *friskola* (*friskolor* no plural), partilha as suas instalações com uma outra do mesmo grupo. Por imperativos de rentabilidade, Elsa Heuyer tem de gerir dois níveis na mesma turma: «*Na prática, sou obrigada a dividir o tempo da aula pelos dois.*»

Por seu lado, Sandra Nylen e Adrian Reyes, seus colegas professores de Espanhol, exercem a tempo inteiro, ensinando também uma outra disciplina – um facto comum na Suécia. Eles asseguram, para além disso, a orientação de uns quinze alunos cada um, desempenhando o papel do que os suecos designam como *mentor*. Por correio electrónico ou por telefone, eles têm de manter contacto permanente com os pais para acompanhar as faltas e a escolaridade, em todas as disciplinas. «*Quando um aluno enfrenta dificuldades, a culpa é do mentor*», suspira Adrian Reyes. Não é por isso raro ver um professor ajudar um aluno a aumentar as notas numa disciplina diferente das que ele ensina. «*Eu estou sempre a verificar com os meus alunos se está tudo a correr bem, porque sei que o meu director vai pedir-me contas*», conta Sandra Nylen nervosa. «*Mas que fazer quando eles falham em várias disciplinas?*»

O director da escola Drottning Blanka «*pede contas*» porque precisa de bons resultados para conservar os alunos ou atrair ainda mais. Após o regresso ao poder dos «partidos burgueses», em 1991, o primeiro-ministro do Partido Moderado, Carl Bildt, instaurou o sistema dos «cheques-ensino». Desde então, deixou de haver um mapa escolar, e cada família pode

inscrever gratuitamente os seus filhos na escola pública ou privada da sua escolha. Quando opta pelo privado, a autarquia dá ao estabelecimento um cheque, ou *voucher*, num montante igual ao que é gasto com um aluno do sector público no mesmo município (um aluno inscrito em Estocolmo, por exemplo, custa 10 mil euros por ano). Resultado: quase inexistentes nos anos 1990, as escolas privadas abrangidas por um contrato deste tipo re-

presentavam em 2017 cerca de 20% dos efectivos das escolas suecas que ministram o ensino secundário^[1].

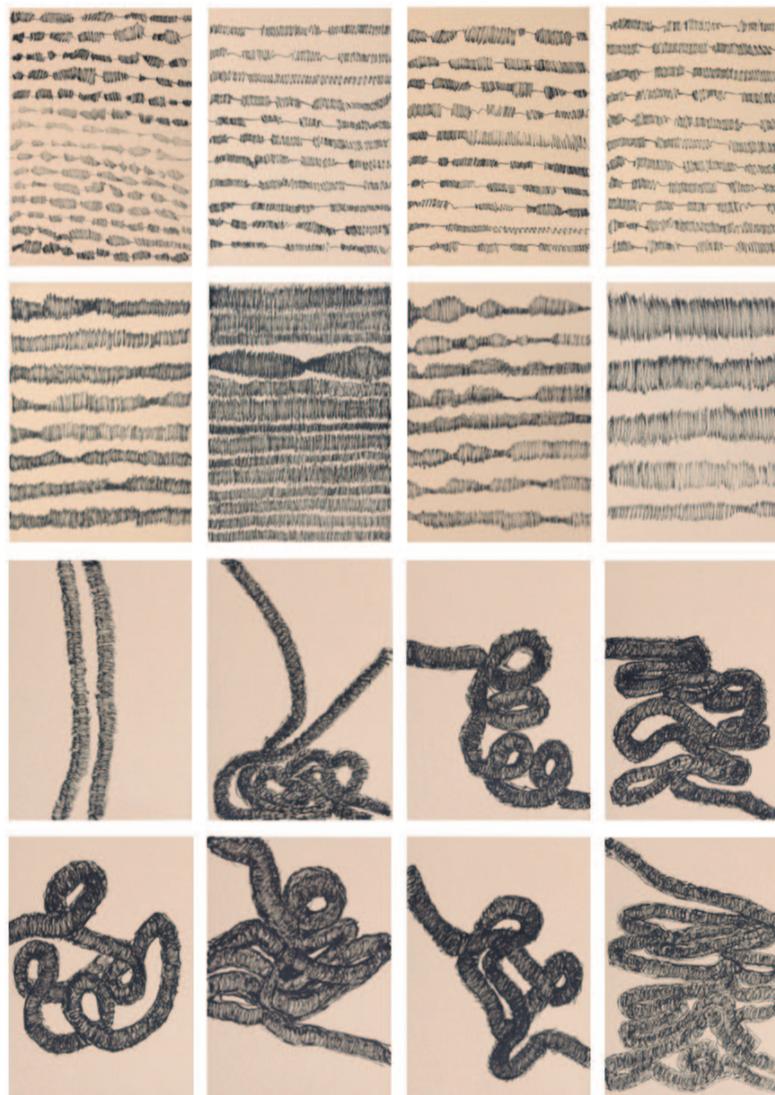
A procura da «satisfação do cliente» leva a uma inflação de notas altas, facilitada pelo facto de os exames nacionais serem frequentemente corrigidos por professores que pertencem ao estabelecimento dos alunos. Pais e filhos podem obrigar o professor a voltar atrás nas avaliações e é por isso que a escola se esforça tanto por

revalorizar as notas, para cuidar da sua imagem. «*É ao gosto do freguês*», afirma Elsa Heuyer, que, no final de Junho, dá aulas suplementares para «*corrigir*» as notas de alunos descontentes com a sua avaliação. Muitos professores preferem validar a sua passagem para o ano seguinte a dar-lhes notas abaixo da média e gerar um sentimento de fracasso, mas também um acréscimo de trabalho e de stress.

Assim, imensos alunos, pais e decisores políticos mantêm uma ilusão de sucesso, ao mesmo tempo que o país vai descendo nas avaliações internacionais. Na última classificação PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), em 2015^[2], a Suécia continua a estar na média dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); mas já não ocupa os melhores lugares como na anterior classificação, em 2000, e regista um nítido recuo em Ciências e Matemáticas. Além disso, consagrando mais de 7% do produto interno bruto (PIB) à educação, tornou-se o país da Europa mais gastador neste domínio^[3]. A distância entre os alunos com melhor desempenho e os outros, em particular os oriundos da imigração, está a aumentar. Paradoxalmente, os alunos continuam a ir para o privado apesar de, para perfis socioeconómicos equivalentes, os resultados serem melhores no público (tal como na maioria dos países ocidentais). Com efeito, como as escolas privadas atraem menos jovens das classes mais desfavorecidas, os seus resultados são globalmente melhores.

«A relação passa a ser a de um cliente e de um prestador de serviços»

A concorrência do privado influencia fortemente o sistema público, tanto mais que ela se junta a uma reforma pedagógica comum de individualização das aprendizagens que deixa mais liberdade aos alunos – e desfavorece os das famílias mais mo-



TERESA GONÇALVES LOBO . Ritmo de Escrita (2016)

Na Galeria das Salgadeiras, Lisboa, a partir de 20 de Setembro, até 17 de Novembro

destas. «*A relação entre o aluno e o professor passa a ser a de um cliente e de um prestador de serviços*», constata Henrik Wall, professor universitário de História e Sociedade na escola pública de Skarpnäck, nos arredores de Estocolmo. Os seus três colegas e ele, reunidos em «equipa de trabalho», gerem os cerca de setenta alunos do segundo ciclo. Todas as semanas reúne-se um «conselho de alunos» a fim de recolher as sugestões dos interessados. Sentados na mesa de reuniões na sala dos professores, Henrik Wall escuta Ida Sjödin, que ensina Matemática, enumerar as suas últimas reivindicações: «*Eles querem poder ir à casa de banho, usar os seus bonés, mascar pastilha elástica na sala de aulas e utilizar os seus computadores portáteis*». Sophia Berglin, professora de Biologia, intervém: «*A mim, o boné não me transtorna*». Segue-se uma discussão. «*Aceitamos o boné e mantemos a proibição do computador portátil?*», propõe Ida Sjödin.

Henrik Wall diz invejar a França, este «*país civilizado onde, parece, os professores só têm de preparar e dar as suas aulas e avaliar os trabalhos de casa*». Aqui, para além de vigiar o recreio e a cantina, a equipa de professores organiza uma imensidão de actividades: exames, jornadas de integração, saídas desportivas, programação do uso do tempo e informações gerais, graças ao blogue da equipa de trabalho. Ela encontra-se todas as semanas para um encontro, baptizado de «aprendizagem colegial», sobre assuntos pedagógicos. Todos os professores do ensino secundário devem produzir «documentos de reflexão» e fazer inquéritos sobre o ambiente de trabalho para a direcção.

Decalcando os seus métodos de trabalho dos *friskolor*, os professores do público têm de proporcionar um acompanhamento individualizado, preocupando-se contudo em manter a dinâmica do grupo. E têm de cumprir este exercício de equilíbrio sem levantar a voz, sob pena de parecerem autoritários e de serem assinalados como tais. Na aula de Matemática de Ida Sjödin a porta permanece aberta e os alunos têm o direito de ouvir música enquanto fazem os seus exercícios. «*Isso ajuda-me a concentrar-me*», explica Kevin no meio do vaivém dos seus colegas que foram à procura de um lápis ou de uma borracha, à sua disposição nas salas de aula. Alguns preferem trabalhar a dois; entretajam-se e falam em voz alta. Para os que têm necessidade de silêncio, como Märta, há auscultadores anti-ruído disponíveis.

Uma adolescente que costuma faltar à escola é convidada pelo seu mentor a beber um chocolate quente. Berglin comunica em seguida aos seus colegas que recebeu uma programação personalizada do seu tempo, apesar de a jovem não se ter comprometido a segui-la... Da mesma forma, um aluno perturbador é recebido pela psicóloga escolar com bolinhos. Tudo é feito para evitar

o conflito e para manter uma relação «*simétrica*» com o aluno, nota Henrik Wall. O objectivo é favorecer a discussão e a negociação, com o risco de permitir abusos de poder por parte dos adolescentes. Em 2017, o Departamento Sueco do Ambiente do Trabalho recebeu 767 alertas de ameaças e de violência nas escolas, básicas e secundárias, ou seja, duas vezes mais do que em 2012. Esta violência atinge sobretudo os professores^[4].

Na escola pública de Skarpnäck, o mal-estar traduz-se num forte absentismo: todos os dias faltam cerca de 10% dos professores. Quando não são substituídos por professores temporários de uma empresa privada, os seus colegas presentes supervisionam as turmas deles, ou dão mesmo aulas suplementares em disciplinas que não são as suas, ao abrigo da «*cooperação*» e da «*flexibilidade*». Erika Frimodig, professora de Desporto e delegada sindical, afirma também ter ensinado Francês aos alunos que iniciam o segundo ciclo do ensino básico, e isto durante dois anos: «*Tenho noções de Francês, a minha filha vive em Paris*», explica, como se aquilo fosse normal.

Para este início de aulas de 2018, uma alteração ao programa geral impõe a aprendizagem por meios digitais. O equipamento informático torna-se obrigatório, e a sua qualidade constitui um argumento para atrair os alunos. Enquanto a escola Drottning Blanka fornece portáteis MacBook Air aos seus alunos e aos seus professores, a escola pública de Skarpnäck compra centenas de iPad e organiza conferências com intervenientes externos para promover a utilização de meios digitais na sala de aula. Todavia, apesar da abundância de ferramentas de que dispõem na sua plataforma, os professores da escola secundária Drottning Blanka distribuem ainda fotocópias e lápis: «*Os alunos não gostam de ler no ecrã*», explica Elsa Heuyer, consternada pela extrema dependência em relação à informática. Sandra Nylen reforça esta afirmação: «*Na passada quinta-feira, tivemos uma falha de Internet. Vários alunos perguntaram-me se a aula ia ser anulada...*»

Alunos privados de biblioteca... e mesmo de livros

Um dos actores-chave deste mercado, o grupo Kunskapsskolan («*escola do saber*», em sueco), reivindica 13 mil alunos. O digital figura entre as suas «*seis competências do futuro*», pode ler-se no seu sítio Internet; o grupo propõe um método normalizado de ensino *online*, baptizado Kunskapsskolan Education (KED), que faz do aluno «*o actor da sua aprendizagem*». A escola secundária de Enskede, a dois passos da de Skarpnäck, é o seu estabelecimento-montra. Nas instalações de uma antiga empresa, cerca de quinhentos alu-

nos amontoam-se em dois andares apenas compartimentados por paredes de vidro. Para funcionar como pátio, o estabelecimento arrenda um terreno de futebol municipal.

Construídos na idade de ouro da escola sueca, os dois edifícios da escola pública de Skarpnäck, que acolhem cerca de mil alunos, contrastam pelo seu conforto. Expostos a Sul para melhor captarem a luz, têm dois ginásios interiores e dois pátios com campos de basquetebol. Perto de um campo de futebol encontra-se a cantina, que tem no mesmo andar uma biblioteca escolar.

Os alunos de Kunskapsskolan não têm biblioteca. Aliás, também não têm livros. Na sequência das reclamações de alguns pais, dispõem todavia de uma licença de livros *online* para a Biologia; e é tudo. Pedra angular da sua organização, a agenda em papel dos alunos vai ser abandonada em breve, para grande desespero dos professores. Mas, para a Kunskapsskolan, «*as gerações futuras têm de estar preparadas para um mundo em desenvolvimento constante e ser capazes de se adaptar a este mercado do trabalho imprevisível*», como clama um vídeo promocional.

Todas as semanas, o aluno da Kunskapsskolan organiza o seu próprio tempo, segundo o seu ritmo e as suas necessidades. Vai frequentemente aos ateliês, onde, debruçado sobre o seu computador portátil, passas pelas várias etapas dos conteúdos *online*, que têm de ser validadas pelo professor presente. Um encontro semanal de quinze minutos com o seu mentor permite pôr em prática planos de acção. Instalada na cafetaria, que serve de sala de aulas, Stéphanie Arseneau-Bussièrre, professora de Inglês e de Francês, reivindica uma «*familiaridade*» com os seus alunos. Como precisa um filme promocional, todo o empregado do Kunskapsskolan deve ser simultaneamente «*mentor, facilitador, acompanhador pessoal, especialista numa disciplina, amigo e guia*».

Directora-geral do grupo fundado pelo seu pai em 1999, Cecilia Carnefeldt exalta o sistema do Kunskapsskolan, que, diz ela, favorece a autonomia dos alunos e necessita menos de professores. É certo que o seu país caiu na classificação PISA, mas, segundo ela, esta última «*não é uma referência*», designadamente porque não tem em conta «*a criatividade e o trabalho em equipa*». Contudo, ela própria inscreveu os seus filhos na escola do castelo de Fredrikshov, que afirma aplicar um método de ensino da Matemática vindo de Singapura, país que atingiu o topo da classifica-

ção PISA 2015. Cecilia Carnefeldt defende o princípio dos lucros realizados por uma estrutura privada tendo como sustentação fundos públicos: «*Há muitos fornecedores privados com contratos com o Estado*», afirma. «*Alguns produzem móveis, outros livros... Se você for uma pessoa séria tem de reconhecer que, seja em que indústria for, é necessário que haja rendibilidade. Registrar perdas não seria bom para os clientes - se é que posso utilizar esta palavra para falar dos alunos.*» Os lucros do Kunskapsskolan são por agora investidos para permitir a sua expansão para lá das fronteiras suecas.

Uma missão complexa como a educação não pode ser considerada uma indústria, replica Samuel E. Abrams, director do Centro Nacional de Estudo da Privatização da Educação na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos: «*Os que arrecadam lucros neste sector têm a motivação implícita de ir contra os interesses dos cidadãos. Os pais, os contribuintes, os legisladores não podem saber se os alunos aprendem o que devem aprender. A probabilidade de ocorrência de actos de corrupção aumenta quando há a possibilidade de fazer lucros.*»

A profissão de professor não seduz

Estudos recentes demonstram que os *friskolor* atraem mais as famílias mais ricas. «*Os recém-chegados, as pessoas de meios desfavorecidos, não nos procuram*», confirma Arsenau-Bussièrre. «*Temos quinhentos alunos na lista de espera, e eles inscrevem-se porque os pais conhecem o sistema.*» Per Kornhall, investigador independente que trabalha sobre a segregação gerada por este modo de organização da educação, acrescenta: «*Quando alguém acaba de se instalar num país com uma língua que desconhece, não tem acesso às informações certas. As inscrições fazem-se por imitação dos amigos, dos vizinhos...*»

Para minimizar esta falta de informação, no sítio Internet da cidade de Estocolmo há um comparador que exhibe agora uma lista das escolas segundo critérios como os resultado dos inquéritos de satisfação junto dos alunos, o número de alunos por professor ou a percentagem de professores certificados.

Antigos partidários da reforma reconhecem o seu erro: «*Subestimámos a força do poder económico*», admite Åsa Fahlén, presidente do sindicato de professores Lärarnas Riksförbund. «*Houve ingenuidade na sociedade sueca.*» Ela recebe-nos na sede do sindicato, situado em frente ao túmulo de Olof Palme, primeiro-ministro assassinado ►►

[1] Serviço de imprensa da Skolverket, a direcção nacional do ensino escolar.

[2] «PISA à la loupe», Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, Paris, 2016, www.oecd-ilibrary.org.

[3] «Estatísticas sobre as despesas de educação», Eurostat, Kirchberg (Luxemburgo), <http://ec.europa.eu>.

[4] Cecilia Granestränd, «Fler utsätts för våld i skolan», *Dagens Samhälle*, Estocolmo, 12 de Abril de 2018.

Europa

► em 1986 e incarnação do socialismo à sueca de outrora: trabalhista, terceiro-mundista, feminista e favorável a um Estado forte. Ela reconhece o papel desempenhado pelos dois principais sindicatos – o Lärarnas Riksförbund e o Lärarförbundet – na adopção das reformas: «Éramos favoráveis a que houvesse escolas privadas com diversos tipos de pedagogia», admite, sorrindo. «Isso devia aumentar o pluralismo, a diversidade, e favorecer uma concorrência benéfica para os salários. Mas aconteceu exactamente o oposto.»

Para Emil Bertilsson^[5], professor de Ciências da Educação na Universidade de Uppsala, «os sindicatos contribuíram para a degradação do estatuto dos professores». «Eles passam mais tempo a escrever relatórios do que a dar aulas», explica a sua colega Shirin Ahlbäck Öberg, professora e investigadora em Administração Pública. «Privaram a sua

profissão de tudo o que a tornava atractiva.» Em média, eles consagram apenas um terço do seu tempo à preparação das aulas e a leccionar^[6], contra metade em França^[7].

O essencial das tarefas administrativas visa mostrar resultados ao município a que a escola está ligada. «O Parlamento tentou enquadrar estas tarefas cronófagas, mas as autarquias continuam a encomendar relatórios de actividade e de resultados», conta Ahlbäck Öberg. «Seria preciso que as 290 autarquias se pusessem todas de acordo para deixarem os professores trabalhar em paz, o que é muito difícil.» Assim privada do que constitui a sua essência, a profissão já não seduz, tanto mais que o salário médio de um professor continua a ser inferior em 200 euros ao salário médio nacional. «Os filhos dos professores não querem vir a ser professores: é um sinal», nota Emil Bertilsson. «De uma forma mais geral, os

bons alunos, para quem a escolha desta profissão era outrora uma via natural, deixaram progressivamente de a desejar.» Observa-se uma diminuição do número de candidatos à formação para a profissão de professor, que, agora, se torna cada vez menos selectiva.

Contratados directamente pelas escolas na base de um *curriculum vitae* e de uma carta de motivação, os professores são submetidos às regras do mercado de emprego, o que agrava as desigualdades entre estabelecimentos: «Os melhores procuram ser contratados pelas escolas onde os alunos têm as melhores notas», observa Emil Bertilsson.

Se bem que seja ilegal desde 2006, cerca de um quarto dos professores do ensino secundário exerceram a sua actividade sem certificação em 2017-2018, segundo a Skolverket, a direcção nacional do ensino escolar. Sendo esta certificação requerida para a adesão a um sindicato, a mobilização torna-se difícil. Alguns ignoram mesmo que dispõem do direito de greve, como atesta uma pergunta frequentemente colocada no sítio Internet de um sindicato. Uma ofensa à história rica das lutas outrora travadas por uma profissão que, cansada da luta, acabou por atirar a toalha ao chão. ■

* Jornalista, Estocolmo.

[5] Emil Bertilsson, «Skollärare. Rekrutering till utbildning och yrke 1977-2009», 23 de Maio de 2014, www.skolporten.se.

[6] «Lärarnas yrkesvardag», 2013, www.skolverket.se.

[7] «Note d'information», n.º 13.13, Ministério da Educação Nacional, Paris, Julho de 2013.

Em nome da «liberdade e escolha»

V.G.

Na Suécia, as privatizações nos sectores da saúde e da educação ocorrem com a chegada ao poder, em 1991, dos «partidos burgueses», depois de sessenta anos de domínio do Partido Social-Democrata Sueco dos Trabalhadores, mas a esquerda já havia preparado o terreno. Desde o fim da década de 1980, o governo começou a inspirar-se em teorias sobre a «nova gestão pública», importando para a administração pública instrumentos e práticas oriundos do privado, e defendendo uma forte descentralização.

A municipalização da escola, defendida pelo social-democrata Göran Persson, ministro da Educação de 1989 a 1991, é aprovada em 1989 e põe fim ao serviço público unificado: a alocação dos meios orçamentais e a tutela da gestão dos estabelecimentos deixa de caber ao Estado e passa para as 290 autarquias. Apesar das greves que então fazem, os professores perdem o estatuto de assalariados do Estado e tornam-se empregados municipais, enquanto os estabelecimentos escolares adquirem um papel decisivo no seu recrutamento. A direcção nacional da educação, a Skolverket, estabelece o programa nacional de ensino (*läroplan*), os temas dos exames nacionais e as estatísticas gerais, mas são abolidas algumas regulações estatais, como as normas sobre a dimensão dos estabelecimentos ou o financiamento das zonas prioritárias.

Em paralelo, logo desde a década de 1980, o debate sobre a «liberdade de escolha» impõe-se na comunicação social. Per Magnus «Peje» Emilsson, membro activo do Partido Moderado (conservador) e próximo do seu presidente Carl Bildt, dirige a principal agência de relações públicas, a Kreab, que multiplica as sondagens sobre a questão e faz campanha a favor dos *friskolor*, os chamados estabelecimentos «independentes». Apresentado hoje como o arquitecto da reforma, ele criou em 1999 o grupo Kunskaapsskolan. O seu amigo Carl Bildt torna-se primeiro-ministro em Outubro de 1991. Liderando a aliança dos partidos burgueses, aprova em 1992 a reforma das escolas privadas contratadas (*friskolreformen*) e a eliminação do mapa escolar.

De volta ao poder no Outono de 1994, os sociais-democratas enquadram com mais severidade a liberdade dos estabelecimentos de ensino, mas não voltam atrás na reforma. O «cheque ensino» passa mesmo de 85% do equivalente gasto no público para 100%, com o apoio de Göran Persson, então ministro das Finanças (depois primeiro-ministro de 1996 a 2006).

Os *friskolor* podem ser também geridos por associações ou fundações sem fins lucrativos mas, uma vez que têm como objectivo a rentabilidade, multiplicam-se ao mesmo tempo que surgem os primeiros grandes grupos do sector. O programa geral de ensino, introduzido pelo liberal Jan Björklund em 2011, estabelece aliás que uma das missões da escola é «ajudar os alunos a desenvolver uma abordagem favorável ao empreendedorismo».

Nesse mesmo ano, um relatório do influente grupo de reflexão SNS conclui, não obstante ser próximo do mundo empresarial, que as privatizações não melhoraram a qualidade da educação^[1]. O relatório causa grande brado; o director do SNS tenta então descredibilizá-lo, levando à demissão de dois investigadores, mas acaba por pedir desculpas e demitir-se ele próprio. Depois, em 2012, os maus resultados na classificação PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) chocam a sociedade sueca. A rádio pública educativa e cultural Sveriges Utbildningsradio (UR) transmite uma série intitulada «A pior escola do mundo». No meio político, os debates levam à criação de uma comissão de escola... e a desculpas públicas do Partido do Ambiente – Os Verdes, até então grande defensor da *friskolreformen*: «Perdoem-nos, a nossa política levou a escola à desgraça».

Em 2013, o grupo JB Education, gerido por uma empresa de capital de risco dinamarquesa, abriu falência e deixou na rua mais de 11 mil alunos e 1600 empregados. Muitas discussões focam-se nos lucros realizados pelos *friskolor* a partir de fundos públicos; o tema tornar-se-á central nas eleições de 2014. Mas nessa altura só o Partido de Esquerda e os Democratas da Suécia (extrema-direita) propõem proibir os lucros nos sectores da saúde e da educação nas empresas privadas que dependem directamente de créditos públicos. A seguir às eleições, o Partido de esquerda decide apoiar, sem participação, o governo minoritário dos sociais-democratas aliados aos ecologistas, com a condição de o governo reverter as privatizações.

Foi preciso esperar pelo aproximar das eleições de Setembro de 2018 para que o ministro da Administração Pública, o social-democrata Ardalan Shekarabi, propusesse um plafonamento dos lucros destas empresas: «Nós não queremos impedir os lucros, mas limitá-los», precisa Ardalan Shekarabi. «Temos de nos adaptar à realidade actual. Enfrentamos poderosos lóbis que fazem tudo para evitar uma limitação.»

Sem surpresa, a 7 de Junho de 2018 o projecto de lei foi derrotado no Parlamento: ecologistas, sociais-democratas e Partido de Esquerda só reúnem 139 votos face aos 162 da Aliança para a Suécia e da extrema-direita que mudou a sua posição. «Mais nenhum país escolheu este modelo», exclama Göran Persson nas redes sociais. «A Suécia é um laboratório de experiências neoliberais no seu sistema escolar? Não!» Mas Jonas Sjöstedt, presidente do Partido de Esquerda, denuncia a ambivalência dos sociais-democratas: «Na corrida deles para o poder, eles fazem uma política que integra a nova gestão pública; favorecem o domínio crescente do mercado».

Esta ambivalência demonstrou-se claramente em 2015. Na Primavera deste ano rebentou uma crise diplomática com a Arábia Saudita quando a ministra dos Negócios Estrangeiros, Margot Wallström, classificou o reino como «ditadura» com práticas «mediévais». Pouco depois, em Outubro, o seu se-

cretário de Estado Oscar Stenström deslocou-se apesar disso a Riade com uma delegação de representantes de empresas como a fabricante de equipamento militar Saab AB e os pesos-pesados Volvo... e Kunskaapsskolan. «A Suécia exporta inovação e conhecimento», congratulava-se ela. No ano seguinte, a empresa anunciava a abertura da sua primeira escola em Jidá.

«No estrangeiro, nós promovemos o programa na Internet Kunskaapsskolan Education (KED)», explica Cecilia Carnefeldt, directora-geral do grupo. «Trata-se da integração numa rede para criar parcerias.» Depois do Reino Unido e de uma tentativa frustrada em Nova Iorque, o grupo abriu escolas na Índia e nos Países Baixos. «Preparamos inaugurar mais três universidades em Jidá e em Riade», confidencia a directora. «Estão já em curso conservações com a Bélgica.» O Kunskaapsskolan tem já cerca de 5 mil alunos no estrangeiro. «O importante é criar boas condições para os estudantes suecos», sublinhava Cecilia Carnefeldt, entrevistada para um jornal sindical que se mostrava indignado, em 2017, com os lucros arrecadados pelo seu grupo. «Se algumas centenas de coroas tomarem o Kunskaapsskolan acessível à maioria, então não vejo onde está o problema.» Estas «algumas centenas de coroas» de dinheiro público permitiram ao Kunskaapsskolan realizar 2 milhões de coroas suecas (cerca de 200 mil euros) de lucro líquido em 2016.

Por seu lado, o grupo AcadeMedia, a que pertence a escola secundária Drottning Blanka, possui também os infantários Espira, na Noruega, e Joki e Stepke, na Alemanha, tendo a ambição de continuar a estender-se. Com cerca de 66 mil alunos nas suas 36 «marcas» de escolas e centros de formação para adultos, este grupo cotado em Bolsa realizou em 2016-2017 um volume de negócios próximo dos mil milhões de euros, com lucros de cerca de 40 milhões de euros, fazendo da AcadeMedia uma das empresas mais fortes num sector cada vez mais concentrado.

Não é de espantar que a casa-mãe do Kunskaapsskolan, a Magnora, conte hoje com Carl Bildt no seu conselho de administração. O amigo deste, Peje Emilsson, o pai da reforma escolar que dizia opor-se aos lucros no sector escolar em 1992, escrevia em Março de 2017 no diário nacional *Dagens Nyheter*: «As empresas escolares são uma parte natural do modelo sueco»^[2]. O seu percurso atesta a impregnação do discurso mercantil num país que mantém uma tradição de impostos elevados em virtude de um Estado-providência «generoso». Mas em benefício de quem?

[1] «"Privatiseringar i välfärden har inte ökat effektiviteten"», *Dagens Nyheter*, Estocolmo, 7 de Setembro de 2011.

[2] Peje Emilsson, «"Aktiebolagsskolor naturlig del av svenska modellen"», *Dagens Nyheter*, 20 de Março de 2017.